

DOCUMENTO: Processo SMA 1.891/2008
INTERESSADO: UNIDUTO LOGÍSTICA S.A.
ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio do Projeto Uniduto Revisado, trecho Anhembi - Paulínia.
MUNICÍPIOS: Anhembi, Cosmópolis, Limeira, Paulínia, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e Santa Bárbara D'Oeste.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio do Projeto Uniduto, trecho Anhembi – Paulínia, sob responsabilidade da Uniduto Logística S.A.

O Projeto Uniduto se insere em projeto logístico mais amplo, de estabelecimento de um sistema multimodal para o escoamento de combustíveis, principalmente etanol, denominado Projeto Logum, resultado da associação e racionalização de projetos logísticos existentes para captação e distribuição de etanol que cortavam o estado de São Paulo, cujo objetivo é ligar as regiões produtoras do Sudeste e Centro Oeste com as principais regiões consumidoras do país e do exterior.

O empreendimento consiste em um sistema logístico para escoamento e distribuição de etanol e biodiesel, formado por dutovia, porto fluvial e dois terminais.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se da implantação de um duto enterrado com extensão aproximada de 126 km, com diâmetros de 24" e 10", dimensionado para transportar 9,3 milhões de m³/ano de etanol e biodiesel, além de um porto fluvial e dois terminais de captação, armazenamento e distribuição, nos municípios de Anhembi e Paulínia. O duto, com faixa de servidão de 15m de largura a ser implantado em propriedades privadas, tem o objetivo de interligar a Hidrovia Tietê-Paraná ao Terminal de Distribuição de Paulínia.

O porto fluvial, com pier no Rio Tietê para descarga de barcas, está associado ao Terminal Coletor de Anhembi, que terá área total de 248.775 m² e parque de tanques instalados em bacias de contenção, com volume de tancagem de 180.000 m³. Já o Terminal de Paulínia terá área total de 16.416 m², com volume de tancagem de 6.000 m³.

Para a implantação do empreendimento é previsto o envolvimento de 4.200 trabalhadores no pico das obras, o período aproximado de 14 meses para finalização e investimento total de R\$ 495.400.000,00.

3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Com relação à **compatibilidade do empreendimento com a legislação dos municípios** atravessados pelo empreendimento foram apresentadas as manifestações das respectivas Prefeituras Municipais. Alguns desses documentos incluem condicionantes cujo atendimento deverá ser comprovado no processo de licenciamento.

Em relação às **Unidades de Conservação** foram identificadas na faixa de 3 à 10 km do empreendimento as seguintes UC's: ARIE Matão-Cosmópolis e as Estações Ecológicas Ibicatu e Barreiro Rico.

A divulgação da implantação da obra e a realização de estudos e levantamentos de campo na área de implantação do empreendimento geram **expectativas da população**, com relação ao risco de acidentes, eventuais alterações ao meio ambiente, aumento do tráfego, entre outros. Para mitigar esse impacto foi proposto pelo empreendedor um

Programa de Comunicação Social dirigido à população local residente e aos estabelecimentos instalados nas áreas afetadas e entorno.

A implantação do empreendimento também poderá causar **incômodos à população, alterações de tráfego e pressão sobre a infraestrutura de serviços essenciais**. O interessado propôs medidas mitigadoras no âmbito dos Programas de Controle Ambiental da Construção - PAC-C, de Educação Ambiental, Saúde e Segurança dos Trabalhadores, de Comunicação Social e um Programa de Controle de Tráfego Viário na fase de obras. Foi solicitada a apresentação de um Subprograma de Minimização dos Incômodos das Obras à População, no âmbito do PAC-C e o detalhamento dos Programas.

Para as **interferências sobre as infraestruturas** foi solicitado que as travessias sejam devidamente autorizadas pelos órgãos ou concessionárias responsáveis, previamente às obras.

Durante as obras serão gerados **resíduos e poluentes** nos canteiros de obras, pátios de armazenamento e concretagem e frentes de trabalho que deverão ser devidamente tratados e dispostos. Foram propostas ações e medidas mitigadoras no Programa de Controle Ambiental da Construção e nos Programas de Gestão dos Recursos Hídricos, de Gerenciamento de Resíduos, de Gerenciamento de Efluentes e de Treinamento e Educação Ambiental dos Trabalhadores. Foi solicitado ao empreendedor detalhamento dos Programas para a próxima fase do licenciamento.

O levantamento das **interferências no patrimônio arqueológico** realizado concluiu que a área do empreendimento apresenta potencial arqueológico positivo. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN informou não haver óbices à emissão da Licença Prévia, condicionada a execução de Programas de Prospecções Arqueológicas e de Educação Patrimonial, inseridos num Programa de Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico.

Para que a **mobilização e desmobilização de trabalhadores** não provoque impactos negativos nos municípios e no mercado de trabalho local, foi proposto um Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-Obra, que deverá ser detalhado para a fase de licenciamento da instalação e apresentado junto com um Programa de Capacitação Profissional.

Na **instituição da faixa de servidão administrativa** serão afetadas pelo empreendimento 242 propriedades, entre sítios, fazendas, rodovias e vias públicas, com **restrições do uso do solo**. Para mitigar os impactos relativos à desapropriação e indenização foi proposto um Programa para o Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações associado ao Programa de Comunicação Social. Foi solicitada a apresentação do Decreto de Utilidade Pública e dos acordos firmados com os proprietários e/ou as imissões na posse, além da atualização do cadastro das propriedades afetadas.

Segundo o EIA, foram identificadas 20 **áreas requeridas para pesquisa ou exploração mineral** na Área Diretamente Afetada e na faixa de 100m no entorno do empreendimento. Foi proposto um Programa de Gestão das Interferências com as Atividades Minerárias. Foi solicitada a apresentação dos acordos firmados com os detentores de direitos minerários para obtenção da Licença Ambiental de Instalação.

As escavações e movimentação de solos para instalação do empreendimento e utilização de áreas de apoio favorecem a **potencialização de processos erosivos, de assoreamento e de instabilidade de terrenos**. Para mitigar esse impacto foi proposta pelo empreendedor a implementação de Programas Ambientais com medidas para controle de processos de dinâmica superficial, tais como Programas de Controle Ambiental da Construção, de Gestão de Recursos Hídricos e Subprograma de Revegetação das Áreas Degradadas). Foi solicitada a apresentação de um Subprograma de Controle e Monitoramento de Erosão, Assoreamento e Instabilidade de Terrenos.

São previstas travessias em 85 cursos d'água, basicamente pelo método de execução em vala. Para os cursos d'água de maior fragilidade será utilizado o método de furo direcional. Para mitigar os impactos associados às **interferências nos recursos hídricos e alteração na qualidade da d'água** foram propostas medidas mitigadoras nos Programas de Controle Ambiental da Construção, de Gestão de Recursos Hídricos e de Revegetação das Áreas Degradadas. Foi solicitada a apresentação de um Subprograma de Controle Ambiental das Travessias, no âmbito do PAC-C.

Em relação aos **impactos a flora e intervenções em Áreas de Preservação Permanente** estima-se a supressão de aproximadamente 14,7 ha de Floresta Estacional Aluvial e Semidecidual em estágio inicial e médio de regeneração e de vegetação paludosa herbácea. Do total, 8,87 ha encontram-se inseridos em Áreas de Preservação Permanente. Foram propostos pelo empreendedor os Programas de Acompanhamento da Supressão de Vegetação, o Subprograma de Monitoramento da Flora e um Plano de Compensação Florestal, além de medidas em outros Programas Ambientais.

A implantação e operação do empreendimento poderá ocasionar **impactos à fauna silvestre e a biota aquática** do Rio Tietê e, para mitigar tais impactos, foram propostos os Subprogramas de Monitoramento da Fauna Silvestre e de Monitoramento da Biota Aquática, associados as várias medidas em outros Programas Ambientais.

Serão emitidos **ruídos e vibrações** e está prevista **alteração da qualidade do ar** na operação dos Terminais e durante as obras, decorrentes da utilização de equipamentos e movimentação de veículos. Foram propostas medidas mitigadoras e de monitoramento nos Programas de Controle Ambiental da Construção - PAC-C e de Controle Ambiental da Operação - PAC-O. Foi solicitada a apresentação de estimativas de emissões de compostos orgânicos voláteis, medições e estudo de previsão de níveis de ruídos nos receptores mais próximos e, se necessária, a implementação de medidas mitigadoras e de compensação.

As atividades de abertura de valas e possíveis cortes e aterros ao longo do traçado e em áreas de apoio, empréstimo e bota-fora poderão interferir **em potenciais áreas contaminadas**. Foi solicitado para próxima fase do licenciamento um Plano de Intervenção de acordo com as diretrizes do documento "Procedimentos para Gerenciamento de Áreas Contaminadas", aprovado na Decisão de Diretoria nº. 103/2007/C/E da CETESB.

Para avaliar **os riscos de acidentes** foi realizado Estudo de Análise de Riscos - EAR e foram propostos o Programa de Gerenciamento de Riscos e os Planos de Emergência Individual e de Atendimento à Emergência, entre outras medidas preventivas. O risco foi considerado tolerável. Para as outras fases de licenciamento deverão ser apresentados relatórios comprovando o atendimento às recomendações dos Setores de Análise de Riscos e de Atendimento de Emergências.

Durante a operação do duto poderão ocorrer invasões e problemas de erosão e de instabilidade de taludes na faixa de servidão, assim como **atividades para manutenção do empreendimento**, tais como roçadas e reparos nos dutos, instalações e equipamentos. Para mitigar esses impactos foram apresentadas medidas no Programa de Controle Ambiental da Operação - PAC-O, que deverá ser detalhado para obtenção da licença ambiental de operação.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O EIA propõe a alocação dos recursos da compensação nas Estações Ecológicas de Ibicatu e Barreiro Rico. A proposta de compensação ambiental será analisada pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA da SMA e para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA com a CETESB.



SÚMULA DO PARECER TÉCNICO nº. 044/11/IE

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

5. CONCLUSÃO

Em função do exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências definidas no Parecer Técnico nº. 044/11/IE. Nestes termos, com base no Inciso VI do art. 2º da Lei Estadual nº 13.507 de 23/04/09, a equipe deste Departamento submete ao CONSEMA para verificação do interesse na apreciação e deliberação sobre a concessão da Licença Ambiental Prévia – LP para o Projeto Uniduto, trecho Anhembi – Paulínia.

São Paulo, 08 de julho de 2011

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

GEÓL. ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental